1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla cujo interesse é analisar como se efetiva a práxis e a reflexão crítica em torno da individualidade moderna em determinadas mediações sociais. Por mediações sociais entendemos formas organizacionais variadas, mas nossa atenção recai sobre aquelas que são expressões da organização dos trabalhadores e que visam alterar, contingente ou radicalmente, a realidade social.

Entre as mediações estudadas, encontra-se uma associação municipal de reciclagem de materiais e seu impulso autogestionário declarado pelo movimento nacional do qual faz parte. A problemática na qual se insere é da ordem das contraditoriedades que se afirmam nesses espaços entre as exigências organizativas para a realização daquele impulso e as individualidades concretas disponíveis. A devida localização dessas contraditoriedades depende do reconhecimento de que se trata de um movimento concreto no qual preponderam as compulsões econômicas de uma sociabilidade historicamente determinada e, por decorrência, formas de individualidade humana correspondentes que dão respostas mais ou menos aderentes aos imperativos de tais compulsões. Isso ganha relevo diferenciado em contextos sociais específicos, como os tipos de associações em tela. É do maior interesse compreender essas contraditoriedades concretas tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento dessas mesmas mediações e do aprendizado que tais experiências proporcionam.

A problemática depende também e profundamente de um esclarecimento com relação à categoria principal aqui mobilizada. Em termos gerais, a individualidade moderna é o exercício racional do egoísmo, como mostraremos adiante. A sua adequada apreensão depende de uma análise materialista, evitando-se a sua redução a um problema moral. Trata-se, outrossim, de uma questão de natureza econômica e que independe da variabilidade dos indivíduos concretos.

De tal modo, a problemática fica toda arquitetada na contraditoriedade já indicada. Ao mesmo tempo que o impulso autogestionário demanda individualidades correspondentes, as próprias individualidades disponíveis são tendencialmente refratárias. Como o impulso autogestionário se efetiva sem que as individualidades tendam a ele? Qual é a dinâmica numa associação de reciclagem de materiais sobre esse aspecto e como é possível determinar a modificação das próprias individualidades nos processos pelos quais se desdobram as práticas organizativas?

Tendo em vista essas questões, realizamos entrevistas não estruturadas que recapturavam historicamente o desdobramento da associação, procurando desenvolver sobre as entrevistas o que se denomina por análise imanente. A pesquisa, nesse sentido, possui caráter qualitativo e nossos pressupostos estão assentados no materialismo, conforme explicitado adiante. Isso permite que a análise imanente seja também uma crítica imanente ao próprio ideário e sua manifestação como consciência prática.

De tal maneira, estruturamos o restante do texto de modo a expor, primeiramente, a problemática da individualidade moderna e o debate sobre autogestão. Em seguida apresentamos os elementos de fundamento e de procedimento para realização da coleta e análise dos dados. Imediatamente após, apresentamos as análises propriamente ditas e, por fim, as conclusões centrais da pesquisa bem como suas limitações.

2. INDIVIDUALIDADE MODERNA E CATEGORIAS ECONÔMICAS

A discussão sobre individualidade humana ganhou muitas páginas por parte de inúmeras correntes e desperta ainda hoje muitas polêmicas. Esse último aspecto se explica, sobretudo, pelo inevitável ponto de passagem sobre uma temática muito antiga e controversa.

A “natureza humana” é reivindicada por praticamente todas as áreas das ciências humanas e sociais, da economia à psicologia. As definições, como “homem econômico”, “homem simbólico” e tantas outras, ganharam também audiência na área da administração e

são bem conhecidas como recursos didáticos para delimitar as diferenças entre as chamadas “Escolas da Administração”.

Em comum nessa variabilidade está a milenar dominância da identidade entre substância e permanência. As divergências surgem sobretudo quando precisam apontar a natureza da substância. Apenas duas correntes se indisputaram frente a essa identidade. Por um lado, o chamado pós-modernismo tem predileção pela crítica às correntes substantivistas. De acordo com o cânone centrado nessa crítica, a “natureza humana” é inteiramente fluida e, portanto, indeterminada. Por outro lado, o materialismo tem considerado a mesma crítica da identidade entre substância e permanência sem, no entanto, escorregar para a tendência irracionalista do pós-modernismo de fluidez e indeterminação.

Nesse materialismo, que tem seu desdobramento principal a partir de Marx mesmo, o “indivíduo é o ser social” (Marx, 2004, p. 107) e não se deve fixar a sociedade abstratamente como uma entidade ontologicamente distinta dos próprios indivíduos (Marx, 2004, p. 107). Indivíduos e suas relações sociais são diferentes, mas formam uma unidade inquebrantável, de modo que a “essência humana é o conjunto das relações sociais” (Marx, 2007, p. 534). Dado que as relações sociais se modificam pela própria atuação humana sobre a realidade natural e social, os homens modificam sua própria natureza ao longo da história (Marx, 2013, p. 255-6). Assim, “toda a história não é mais que uma transformação contínua da natureza humana” (Marx, 1985, p. 138). Essa modificação altera certos aspectos e mantém outros e é a reciprocidade entre essas permanências e alterações que num determinado momento histórico se delimita temporariamente, é claro, a natureza humana. A contínua modificação da realidade social e natural por meio das atividades sensíveis dos homens nas diferentes esferas sociais terminam por modificar esses próprios homens atuantes. A natureza humana, portanto, não é fixa, não é inteiramente permanente, sem ser fluída ou indeterminada. É resultado e processo ativo de reciprocidades entre tendências históricas que amalgamam permanência e modificação na síntese das relações sociais, qual seja, a individualidade humana, a personalidade dos indivíduos concretos.

Vemos que a determinação histórica do problema aponta para a análise dos indivíduos humanos e suas relações sociais, isto é, de sua unidade. Aqui importa-nos destacar alguns poucos elementos mais atinentes aos nossos propósitos expositivos. Compreendido que a individualidade é resultado histórico, devemos interrogar o caráter dessa individualidade a partir das condições objetivas da sociedade que se molda pelo modo de produção capitalista.

O ponto de arranque está na própria transição entre a feudalidade e o capitalismo. A dissolução dos séquitos feudais, livrando os homens dos laços de dependência pessoais, foi ao mesmo tempo a dispersão dos indivíduos. Forma-se a “sociedade da livre concorrência, [em que] o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado” (Marx, 2011, p. 39-40). É importante sublinhar que nessa nova sociedade que se forma, generaliza-se a concorrência para todos os espaços sociais. Sob a égide desse modo de produção particular, estabelece-se a *bellum omnium contra omnes* como registro básico das relações sociais de modo que nesse contexto ergue-se um tipo de individualidade também correspondente, mas sempre de modo contraditório. Seguindo Marx, “somente no século XVIII, com a ‘sociedade burguesa’, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior”. Essa necessidade exterior surge como *compulsão econômica*, e, é possível afirmar, como “coerção muda exercida pelas relações econômicas” (Marx, 2013, p. 808). De tal maneira, prevalece socialmente os fins privados em que as relações sociais, sob diferentes formas determinadas no processo concreto (por exemplo, divisão do trabalho, meios de produção etc.), aparecem como mediações para a efetivação do egoísmo. Assim, *os indivíduos surgem, mutualmente, como meios e obstáculos para a realização dos interesses privados.*

Eis o ponto angular, pois, como nos diz Marx (2011, p. 105), “a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social”. É nesse sentido que devemos entender o “egoísmo racional como essência da sociabilidade” e que encontra no plano da individualidade a “exercitação do egoísmo racional” (Chasin, 2000, p. 205). É decisivo apreender a *individualidade moderna como tendência dominante, regular, de observação de escolhas e condutas humanas demarcadas por uma exercitação do egoísmo racional*. Os indivíduos concretos são impelidos tendencialmente a escolhas em limites mais ou menos delimitados para essa exercitação.

Não obstante, é necessária uma distinção igualmente decisiva. Essa individualidade moderna não tem pura identidade com os indivíduos concretos. Nesse sentido, são reveladoras as considerações de Marx sobre as categorias econômicas, pois fica claro que “só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes” (Marx, 2013, p. 80). Isso permite distinguir o indivíduo concreto, sua personalidade, gostos e preferências, suas escolhas morais, reflexividade etc., das categorias econômicas que os indivíduos encarnam em situações concretas variadas. À guisa de exemplo, as margens de escolhas são bastante limitadas ao encarnar tais categorias. O capitalista que não persegue o lucro e não visa o ganho deixa de ser capitalista no findar do primeiro dia ou enquanto durar seu capital; o trabalhador, por outro lado, que não concorre em termos de produtividade potencial e efetiva com os demais por postos de trabalho, que não se qualifica para manter sua utilidade, arruína-se ou sequer encontra um primeiro comprador de sua força de trabalho, aumentando o exército de reserva ou o lupemproletariado. Esclareça-se, não se tratar de fatalismo, mas da apreensão de relações do tipo “se-então” individual e coletivamente efetivadas na vida cotidiana.

Nessa direção, duas questões são relevantes. A primeira está na constatação de que são as categorias econômicas o principal mediador para efetivação da individualidade moderna, do exercício racional do egoísmo. Exerce uma considerável tensão sobre os indivíduos concretos o fato de que a compulsão econômica exige respostas mais ou menos aderentes de modo a criar as condições de reprodução objetiva e subjetiva. A individualidade moderna, portanto, tem peso sobre os indivíduos concretos, limitando o gradiente das escolhas possíveis e aderindo-as de maneiras variadas, coerentemente ou parcialmente contraditórias, à lógica imanente do modo de produção capitalista.

Aqui vale uma menção bastante rápida ao dinheiro como mercadoria universal de funcionalidade das trocas. Sem poder tecer comentários mais longos, basta indicar o dinheiro como forma das relações sociais, forma que adquire também fetiche precisamente por ser mercadoria e por não revelar em si mesma o conjunto das relações sociais e seu processo de constituição (Marx, 2013, p. 167). Como mediação universal para todas as mercadorias, seu quantitativo materializa efetivamente o poder social de grande magnitude. Assim, “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais existe nele como o proprietário de *valores de troca*, de *dinheiro*. Seu poder social, assim como seu nexos com a sociedade, [o indivíduo] traz consigo no bolso” (Marx, 2011, p. 105). A capacidade de ser portador de dinheiro decide o acesso dos indivíduos ao mundo do consumo e para muito além dele. Ao seu volume corresponde a capacidade de realização de muitos homens; seu acesso determina trajetórias humanas e expressa diferenças de classes sociais. É parte constitutiva da lógica do modo de produção presente a afirmação da existência individual e coletiva pelo porte de dinheiro, que significa a possibilidade real de subsistência – objetiva e subjetivamente – de massas humanas inteiras.

Retomando o ponto, a segunda questão relevante diz respeito à diversidade de categorias econômicas. Acima apontamos para o capitalista e o trabalhador, um como personificação do capital, outro como do tempo de trabalho. Para nossas finalidades, é importante compreender a diversidade no interior das próprias categorias. No caso que nos interessa mais de perto, o

trabalho pode ser dividido em ocupado, de um lado, e parcial ou inteiramente desocupado, de outro. É bom que se diga que se trata de um fluxo determinado pelos ciclos industriais e que produzem uma superpopulação relativa mesmo em períodos de prosperidade em razão de a taxa de ocupação não ser proporcional à escala da produção (cf. Marx, 2013, p. 716ss). Desconsiderando aqui as parcelas bem ou mal remuneradas, em maior ou menor condição de risco de decair de sua posição, importa reter o “sedimento mais baixo da superpopulação relativa”, isto é, a “esfera do pauperismo” (Marx, 2013, p. 719). Essa “camada social”, explicou Marx, “é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. (...). Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. (...). Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”. As tensões que levantamos antes, sobretudo do exercício racional do egoísmo, de maneira alguma cessam a atuação sobre os indivíduos concretos pelo fato de se situarem nessa camada social. A modalidade de experiência cotidiana ganha, em verdade, ares de desumanidade. Esse pauperismo reflete parte do lumpemproletariado que não deixa de ser categoria econômica em razão de certa desocupação. As pressões são igualmente identificáveis para a obtenção dos meios de subsistência, a luta de todos contra todos não deixa de operar e nem o dinheiro perde seu fetiche. Antes o contrário. Em síntese, a individualidade moderna se afirma em condições sociais regressivas. Nossos dados adiante tratarão disso.

3. AUTOGESTÃO E INDIVIDUALIDADE

Não podemos ir adiante sem retomar a problemática central indicada na introdução.

A Associação investigada está vinculada a movimento nacional que declara abertamente a autogestão como princípio organizativo¹. Não obstante, o debate sobre autogestão é cercado de muitas correntes. Isso talvez seja índice de certo enigma social. Há correntes que consideram empresas privadas geridas por gerentes, engenheiros e operários no modelo toyotista como uma organização autogerida (Cf. Groppo, 2014, para comentários críticos a respeito), completando o quadro com as proposituras ligadas à gestão social – à economia solidária e, por isso, reivindicatórias – e com as proposituras contestatórias nascidas das experiências revolucionárias dos séculos XIX e XX. O assunto rende inúmeras polêmicas como, por exemplo, a possibilidade de haver autêntica autogestão em unidades produtivas isoladas (cf. Faria, 2009; Henriques, 2014).

Independentemente dessas questões, assumimos aqui que a autogestão (ou organizações com traços autogestionários) não é panaceia ou livre de limitações. Devemos recusar uma apreensão romântica dos problemas envolvidos. Reconhecemos a autogestão como impulso de mudança radical para além do capital. Sua verdade pode ser entrevista na realidade das experiências concretas, como fora o caso da Comuna de Paris (cf. Marx, 2011b).

Não nos importa uma longa descrição de elementos nem a reprodução dos modelos já brilhantemente apresentados por outros autores (cf. particularmente Faria, 2009, para uma discussão quase exaustiva). Aos nossos propósitos importa destacar apenas alguns aspectos entrevistados pela experiência de 1871 na França: 1. dessemelhança frente à empresa privada, por sustentar modos de organização distintos da hierarquia típica do comando do capital e sem escorregar ao horizontalismo ingênuo que ignora as forças contingenciais. Significa também modos distintos de organizar os aspectos produtivos do trabalho e de apropriação dos resultados dessa atividade; 2. posições assumidas por sufrágio e mandatos destituídos a qualquer tempo, sem demarcação de classe, casta, consanguinidade e laços correlatos; 3. emancipação teórica, o que implica desenvolvimento da inteligência eminentemente crítica ao conjunto do ordenamento social (capital, Estado, classes, propriedade privada dos meios de produção etc.). Numa síntese, autogestão é uma forma de um conteúdo socioeconômico, da relação material

¹ Recuperado em 12 de maio, 2017, de <http://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/principios-e-objetivos>.

entre os indivíduos associados. Nesse modo de tomar a questão, Mészáros comenta, citando Marx, que:

a livre associação de indivíduos sociais que regulam conscientemente a sua autoatividade vital de acordo com um plano estabelecido não é possível sem a necessária “base material, ou uma série de condições materiais de existência, as quais, por sua vez, são o produto natural e *espontâneo* de um *longo e tortuoso* desenvolvimento histórico”. A emancipação do trabalho do jugo do capital é possível apenas se as *condições objetivas da sua emancipação* forem satisfeitas, com o que “o processo direto material da produção é despido de sua forma de *penúria e antítese*”, dando lugar ao “livre desenvolvimento das individualidades”. Por implicação, sempre que “penúria e antítese” permaneçam características da base material da sociedade, a forma política deve sofrer suas consequências e o “livre desenvolvimento das individualidades” é prejudicado e adiado (Mészáros, 2011, p. 1017)

Chama a atenção, portanto, que a autogestão é um vir a ser entrevisto na realidade e dependente de condições materiais de existência, é o impulso que, na prática, assume forma de uma força negadora da individualidade moderna e afirmadora do livre desenvolvimento dos indivíduos associados. É força de negação da luta de todos contra todos, da antítese e penúria. Faz, portanto, exigências de ordem objetiva e subjetiva. Guarda potencial prático de funcionar como alavanca econômico-organizativa para a promoção do desenvolvimento humano cujo horizonte é o além das classes sociais, logo, o desenvolvimento dos indivíduos sociais e, por isso, não está limitada a laços familiares, de solidariedade ou beneficência. Trata-se de uma modalidade organizativa que parece demandar individualidades já modificadas para que possam levar adiante práticas específicas correspondentes ao propósito explícito. Não obstante, trata-se também de um processo que deve ter como ponto de partida os indivíduos concretos tais como estão disponibilizados pela sociabilidade do capital, isto é, tendencialmente aderentes ao exercício racional do egoísmo. E é do impulso autogestionário e da prática que o concretiza um processo de modificação dos próprios indivíduos concretos. Desse modo, aqui se coloca a contraditoriedade concreta dessas experiências, isto é, processos pelos quais no plano concreto as próprias individualidades são modificadas pelas práticas desenvolvidas. Desenvolvendo tais práticas nos processos organizativos, promovem a modificação das próprias individualidades.

Isso num sentido muito geral. Reconheça-se as implicações à contraditoriedade posta em contextos concretos. Assim, questionamos: como se materializam tais processos na forma organizativa alcançada por grupos humanos marcadamente de camadas do lupemproletariado? Como o potencial da forma autogestionária é efetivado em condições sócio-econômicas regressivas?

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesse tópico desenvolvemos os aspectos atinentes aos fundamentos e à operacionalização da pesquisa. Em razão da problemática dos fundamentos da análise realizada dos dados, invertemos a ordem e optamos por expor em primeiro lugar as questões operacionais da pesquisa.

4.1 Elementos operacionais da pesquisa

Como antecipado, a pesquisa realizada pode ser classificada como qualitativa, pois o próprio objeto sob análise – as formas de consciência enunciadas – e a pretensão de realizar uma crítica imanente (como veremos a seguir), impõem como necessidade uma abordagem mais flexível e aberta para a análise dos dados. Para Demo (1985, pp. 16-17), “realidades sociais se manifestam de formas mais qualitativas do que quantitativas, dificultando procedimentos de manipulação exata”, sem escusas, porém, para a “falta de rigor na análise”.

Foram entrevistados oito (08) membros da associação municipal de reciclagem de materiais localizada no interior do estado de Minas Gerais, Brasil. O nome da Associação é omitido para preservar os membros. As entrevistas ocorreram nas dependências da Associação entre os meses de agosto e dezembro de 2016. Os entrevistados foram classificados de E1 a E8,

conforme realização cronológica das entrevistas, dos quais três (03) são do gênero masculino e cinco (05), do feminino. Os entrevistados possuem tempos diferenciados de associação, variando entre dois (02) meses e quatorze (14) anos. Com o intuito de preservar as suas identidades, essas marcações classificatórias são utilizadas na exposição dos resultados adiante, procurando demarcar como no exemplo: (E1, homem, 06 anos).

As entrevistas foram orientadas por meio de um roteiro com questões norteadoras. O propósito foi permitir a expressividade mais livre dos entrevistados frente aos tópicos e temáticas que eram apresentadas. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para efeito de registro e análise. A preocupação principal na análise foi a de extrair elementos centrais que permitissem apreender o problema da exercitação do egoísmo racional e, como dito, os elementos contidos nos processos que permitem a modificação das próprias individualidades por meio das experiências concretas na prática organizativa. O primeiro procedimento nesse sentido foi a leitura cuidadosa de todas as transcrições, buscando apreender tais vestígios. Esse escrutínio produziu uma compilação primária a partir da qual foram delimitadas as passagens mais significativas e que, ao mesmo tempo, eliminavam redundâncias. Em seguida foram analisadas no sentido de estabelecer os elementos probantes mais fundamentais da contraditoriedade dos processos no contexto específico em tela. De maneira deliberada, não se utilizou técnicas de análise de conteúdo ou de discurso pelos motivos que explicitaremos no tópico a seguir e que revela o modo peculiar de tratamento dos dados.

4.2 Crítica imanente das formas de consciência

Quase todo o debate acerca do problema da linguagem ou discurso na pesquisa social recorre às fontes já conhecidas, como Bakhtin ou Fairclough, além de muitos outros materiais de operacionalização de técnicas de análise de discurso e conteúdo. Consideramos que nenhuma dessas fontes nos fornece o devido apontamento para a *determinação ontológica* que procuramos reter tendo em vista a consideração das falas colhidas dos indivíduos concretos a partir das condições reais de experiência. Esse é um assunto consideravelmente intrincado e dificilmente resolveríamos todos os aspectos no momento, mas não poderíamos nos abster de elucidar os pontos nevrálgicos. Nesse sentido, procuramos retomar muito sucintamente o ponto de partida do próprio Marx para situar a linguagem como consciência prática e produto social e depois considerar o estatuto material do discurso como forma de consciência constituída sobre as condições de possibilidade dadas pelas relações materiais.

4.2.1 Determinação ontológica da consciência

É preciso encarar o pensamento humano como um produto tardio da hominização e não como o seu ponto de partida concreto. Deveu a um número gigantesco de modificações da realidade e de gerações inteiras para se constituir como consciência por meio da atividade prática inicialmente sobre a natureza e, portanto, produtiva. Essa prática vai além da natureza e implica as relações sociais, a interatividade humana. É preciso, pois, considerar essa atividade em seu sentido natural-social simultaneamente. Uma vez constituída essa consciência, modifica também o modo da atividade que, alterando a realidade, altera também a consciência num processo crescente de hominização do homem. Mediada, portanto, pela prática, dizia Marx (2004, p. 108), objetividade (natural-social) e subjetividade (individual) são diferentes, mas formam em conjunto uma unidade.

É a prática que plasma a objetividade em subjetividade e vice-versa (Chasin, 2009, p. 98); e é nessa prática real determinada no modo concreto de existência dos homens que devemos apreender o problema da consciência. Logo de partida, mostra-se a consciência intrinsecamente ligada à atividade do homem. Por isso não existe no passado, no presente ou no futuro uma “consciência pura”.

O “espírito” [a consciência] sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (Marx & Engels, 2007, p. 34-5)

É importante considerar a gênese da *linguagem determinada como consciência prática* para não se deixar enganar por uma aparente autonomização por completo da consciência. Apenas com a introdução da divisão do trabalho entre trabalho material e intelectual a própria consciência “*pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”” (Marx & Engels, 2007, p. 35-6). Se é possível haver um distanciamento considerável, por exemplo, entre filosofia e a prática concreta, não por isso essa mesma filosofia torna-se pura e independente da vida material, e esta, sem penetrantes efeitos daquela; o entrelaçamento pode se dar de diferentes maneiras, mas esses produtos da consciência (em suas muitas formas) estão “amaldiçoadamente contaminados” pela matéria, pela prática real dos homens. Em outros termos, “a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens” (Marx & Engels, 2007, p. 35). Por isso consideramos que:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia [em sentido tópico, superestrutural], bem como as **formas de consciência a elas correspondentes**, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como *sua* consciência. [a consciência desses indivíduos práticos, atuantes.] (Marx & Engels, 2007, p. 94, negritos nossos)

Bem distante do materialismo vulgar, aqui se determina a vida material como pressuposto objetivo para a consciência. Quer dizer, as relações concretas criam as condições de possibilidade para o pensamento (Vaisman, 2006), de modo que não se explica o que são os homens pelas ideologias e formas de consciências, mas é pelo modo como os homens fazem as coisas que explica a vida desses homens e os produtos de seu pensar. E são formas de consciência que não se descolam dessa vida material, embora possam se distanciar consideravelmente. É a consciência *desses* homens reais.

Destaquemos igualmente a distinção entre “ideologia” e “formas de consciência”.

Nosso interesse maior pelas formas de consciência imediatamente dadas pelos indivíduos concretos tem o sentido de ligar mais proximamente ao problema do pensamento na vida cotidiana. A filosofia determinada topicamente como ideologia, por exemplo, em razão de seu grau de abstração e sistematização, está mais distanciada – nem por isso deixa de penetrar efetivamente na vida cotidiana, enriquecendo-a ou obstruindo-a. As formas de consciência, ligadas a tais ideologias topicamente situadas, podem comportar um grau menor de abstração e sistematização. Para as ideologias, como “objetos ideológicos”, vale mais o texto estruturado dos ideólogos profissionais; para as formas de consciência, a fala, vale o texto pronunciado a partir das condições reais de experiência.

Mas essa diferença não deve ser obstrutiva para a alternativa analítica que estamos propondo. Se a dialética é descoberta da lógica da coisa (Chasin, 2009), os meios mais adequados de extração dessa lógica são revelados pela própria coisa. Assumindo que “objetos ideológicos” se diferenciam (sem ruptura) das formas de consciência pelo grau de sistematização e pelo modo de manifestação, essa diferença não altera, entretanto, o meio correspondente de sua melhor investigação. Análise imanente, crítica imanente, análise

concreta..., terminologias para um adequado exercício da “força da abstração” (Marx, 2013, p. 78) tendo por objeto as “formações ideais”, sejam “objetos ideológicos” ou formas de consciência.

4.2.2 Análise imanente das formas de consciência

As considerações para o problema da ideologia não são possíveis de se desenvolver aqui. Basta saber que a sugestão lukacsiana (1958) aponta para a determinação da gênese e da função social, indo bem mais longe quando o assunto foi, mais tarde, indicar a eficácia e a duração da ideologia (Lukács, 2013). Chasin, desde a tese doutoral, impunha um complemento decisivo à sugestão inicial de Lukács; precisamente a análise imante dos “objetos ideológicos”. Consideremos que

Lukács oferece-nos o conjunto de sua concepção metodológica ao estabelecer que a abordagem de um objeto ideológico implica na determinação de sua gênese e de sua função social. Porém isto não basta, há que necessariamente acrescentar àqueles dois pontos a crítica imanente, um fator legítimo e até mesmo indispensável na exposição e no desmascaramento das tendências (Chasin, 1978, p. 62).

Na consideração dessa *crítica imanente*, vale destacar a “dependência genética das forças motrizes de ordem primária” sem as quais o problema das ideologias e das formas de consciência torna-se um exercício de arbitrariedade especulativa. Por isso se diz que:

Por análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias. O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam (Chasin, 1978, p. 77).

No caso, a “trama interna de suas articulações” ajuda a determinar “análise imanente dos textos” (Chasin, 1978, p. 78). Como já dissemos, é a forma típica pela qual se apresentam os “objetos ideológicos”. Mas queremos transpor o mesmíssimo cuidado e rigor para a análise (e crítica) das formas de consciência que capturamos na linguagem manifesta pelos indivíduos concretos, por sua elaboração discursiva. Nessa direção, reteremos os aspectos decisivos que moldam a análise imanente também como análise concreta:

In limini, a subsunção ativa aos escritos investigados é sempre ponto de partida e passo fundamental no autêntico procedimento de rigor; por isso mesmo, não perde de vista a íntima vinculação dos mesmos à trama real e ideal dos quadros temporais a qual pertencem, e com a qual estabelecem liames complexos de confluência e ruptura, num amplo gradiente de complicadas variações, que em outros passos exige esclarecimento. É da síntese – junção e interpenetração – de tais momentos analíticos que se perfaz a análise concreta de uma formação ideal. Desse modo, ao contrário das hermenêuticas da imputação, que não compreendem o que interpretam, e também dos julgamentos pelo exterior (gnosio-priorismos e tipos ideais) operados pelo neo-racionalismo, que sentenciam réus abstratos ou falecem em perplexidade, a destacada análise concreta – inclusive enquanto condição de possibilidade à efetiva integração de seus momentos analíticos, sempre reconhecidos e reconhecíveis em seus graus de maior ou menor concretude e abstratividade – exige a captura imanente da entificação examinada, ou seja, a reprodução analítica do discurso através de seus próprios meios e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades (Chasin, 2009, p. 40).

Importa reter a subsunção à estrutura própria da fala registrada e apresentada como texto. Apreender sua “trama real”, sua estrutura interna e sem dela extrair uma derivação imprópria ou a ela imputar aspectos ausentes. Trata-se de uma “reprodução analítica do discurso” que garanta a integridade da estrutura e que coloque sempre a vinculação, nunca muda, com as forças de ordem primárias antes indicadas; e isso, para a problemática da investigação da individualidade moderna, tem peso substancial. Essa vinculação não muda implica, inclusive, o “desmascaramento” do discurso elaborado, quando efetivamente é o caso de trazer à baila mesmo aquilo que aos agentes é pré-discursivo e não acessado pela consciência prática. Nesse sentido, a problemática da postura frente à forma de consciência considerada é

nunca tomá-la como critério de verdade. Dizia Marx (1974, p. 136) que “não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo”. Mais próximo ainda às presentes pretensões, e na mesma direção, está a assertiva de que o “discurso” deve ser problematizado:

Se damos como verdadeiras as objeções fundamentais que os procedimentos empiricistas são passíveis de sofrer, em geral, há de se frisar que elas ainda se tornam mais evidentes, quando aqueles são aplicados ao estudo de ideologias. Sinteticamente ela se consubstancia na observação de que a prática de tomar o testemunho do agente; no caso o ideólogo e o militante político, *como prova e não como problema*, torna tão gritante a confusão entre verdade e aparência, entre verdade, crença e intenção, entre consciência possível e consciência real, que não resta se não considerar todo o rigor pretendido pelo empirismo como não mais que simples ilusão de graves consequências científicas (Chasin, 1978, p. 45)

Tomar o discurso, a forma de consciência como texto, implica no caso reconhecer que o próprio discurso do “ideólogo”, do “militante político”, do estudante, do profissional, do trabalhador, do lumpemproletariado etc., é índice de problema. Trata-se, portanto, de tomá-lo como tal e de ir muito além do artifício probante com a explicitação de passagens. Mas também, é preciso dizer, estamos num território de uma propositura bem aquém da fetichização do próprio discurso ao qual se aplica as mais sofisticadas tecnologias para matematização de termos e categorias num tipo de esgotamento esquematizante que produz a impressão de produzir conhecimento a partir da própria fetichização. Ir além do artifício probante não é virar e revirar o texto numa relação esquemática com ele, nem assumir o discurso como a força que de fato “constitui as coisas” – como já é comum aos círculos acadêmicos que reduzem o complexo da realidade como produto do discurso e interdiscurso. Importa destacar os nexos entre as formas de consciência e as forças motrizes de ordem primária, possibilitando a necessária problematização do “testemunho do agente”, diferenciando a consciência real-estrutural (que captura os níveis mais profundos da realidade) da consciência possível e mais contingente nas condições reais de exercício prático dos indivíduos (cf. Mészáros, 1993). Abre-se assim a possibilidade real de o discurso ser probante do próprio falso socialmente necessário.

Isso tem implicação especial para o tipo de pesquisa orientada para o exercício racional do egoísmo e para as demais problemáticas associadas. Não estamos falando de uma “inconsciência” dos agentes. O sentido autêntico da afirmação segundo a qual – em certas condições – “os homens não sabem mas o fazem” (Marx, 2013, p. 149), determina que tendencialmente a consciência prática não ultrapassa certos níveis da realidade. Por isso, a análise imanente é também *crítica imanente das formas de consciência*.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Como aludimos ao longo da exposição, nosso objeto de análise é reconhecidamente um componente organizativo do lumpemproletariado. A contraditoriedade do processo que procuramos identificar é evidentemente condicionada por esse contexto específico. No entanto, consideráveis características são comuns com outras formas organizativas como essa, espalhadas pelo país.

Nesse último sentido, enfrentam uma série de dificuldades como dependência dos chamados atravessadores (que negociam preços de compra dos materiais para reciclagem e intermedeiam a relação entre os associados e as empresas que adquirem tais materiais), condições precárias de trabalho, baixa remuneração (em média R\$500,00 mensais), baixo desenvolvimento técnico etc. A Associação em particular ainda mantém dívida por multa junto à prefeitura municipal de aproximadamente R\$18.000,00, o que impede acesso a outros programas sociais. Com ou sem especificidades, as circunstâncias sociais são bem registradas pela literatura especializada.

Nos interessa aqui demonstrar o processo de modificação e que tem essas características como condições materiais desse processo. Nesse sentido, a análise imanente permite capturar uma linha-mestra do desenvolvimento histórico da forma organizativa ao longo dos 14 anos de

existência, embora as falas se concentrem em episódio mais recente. Tudo leva a crer que durante considerável tempo de sua existência, a forma organizativa assumiu basicamente duas configurações e o processo de modificação das individualidades marca-se simultaneamente à alteração da própria forma organizativa. Interessa capturar o sentido dessas alterações.

Durante a maior parte de sua existência, a Associação em questão parece ter reproduzido uma prática não incomum. Todo o material que chegava à Associação, comumente designada por “doação”, convertia-se em fonte de disputa entre os indivíduos presentes. A chamada “triagem” (separação dos materiais) era realizada em “boxes” individuais (como estações de trabalho) de modo que toda a pressão de disputa recaia sobre o momento da chegada dos materiais. A luta de todos contra todos assumia ares de beligerância, pois conta-se que indivíduos portavam “vidro para cortar os outros... era cada um por si” (E4, mulher, 07 anos) em razão das disputas dos materiais. Penúria e antítese são explícitas.

Todas as falas são contundentes a respeito das condições organizativas anteriores. Algumas delas são consideravelmente emblemáticas, por explicitar os aspectos centrais. Sob condições adversas, mas também espontâneas, a modalidade de organização e as individualidades existentes resultavam em circunstâncias problemáticas ao próprio desenvolvimento das atividades produtivas em razão dos privilégios que se formaram:

A gente vivia com aluguel atrasado e eu peguei as contas para poder fazer. Ficou aluguel, água, luz, tudo pago no dia (E4, mulher, 07 anos)

Falavam até em pirâmide. Porque tinham três aqui que achavam que trabalhavam mais e tinham direito de ganhar mais que os outros. E as doações de fora para a [Associação] não ia para outros associados, mas só para esses 3... Dia do pagamento aqui? Nosso Deus... A [presidente] ia fazer o pagamento aqui, colocava o dinheiro no bolso, ia para casa e o pessoal aqui sem pagamento. Não trazia nota fiscal de nada. Roubava dos associados aqui. Tanto que ela foi expulsa da Associação (...). Quando entrei aqui, fiquei um ano com [a] presidente aqui. Você não arrumava dinheiro para nada. Aquela discórdia. Se chamasse [a presidente] ... ficava assim: “não tô nem aí”. No fim ela trabalhava com fone no ouvido. Onde já viu uma presidente trabalhar com fone no ouvido? (E8, homem, 03 anos)

Os entrevistados delimitam um ponto de modificação bastante peculiar. Em razão da combinação de diferentes fatores, essas condições adversas são postas como aspectos a serem modificados. Veremos que essa modificação, entretanto, aponta para contradições insolúveis nos marcos organizativos que se desenvolvem.

O primeiro aspecto que chama a atenção é a elaboração bastante consciente por parte dos associados a respeito das marcas do egoísmo. A passagem acima, que forneceu o contexto de quase beligerância, é reforçado pelo que segue: “Eu acho que lá dá muito certo se as pessoas primeiro não pensarem só nelas. Egoísmo é difícil para gente que trabalha assim... Pessoas que só pensavam em si” (E1, homem, 06 anos). As entrevistas em seu conjunto denotam essa percepção aguda de que essa modalidade não correspondia a uma *associação*. Lemos, por exemplo, que:

Era doação que chegava e eles achavam que era só deles. “Essa doação é minha, ninguém põe a mão”. Mas sabiam que aqui na [Associação] era uma associação. O que chegava era de todos. Eles custaram a entender isso aqui. As pessoas saíram. O que ficou aqui foram só essas que aceitaram a mudança (E4, mulher, 07 anos).

Ao meu ver o que mudou é que a gente tinha um sistema de trabalho totalmente diferente de uma associação. Hoje a gente trabalha como associação, que tudo que entra na associação é compartilhado por todos. Não era assim (E5, homem, 02 anos).

A mudança do “sistema de trabalho” modificou inclusive a composição dos membros. A presidente aludida anteriormente deixa a Associação, assim como outros que não estavam dispostos a assumir a nova modalidade. Uma das falas registra que a “pessoa que era presidente na época não aguentou a pressão e saiu... Quem não quis melhoria saiu. Ficou só a gente mesmo, porque a gente esperava esse galpão sair” (E4, mulher, 07 anos). Nessa última direção, o desdobramento efetivo das atividades demonstra que a modificação organizativa impeliu à exclusão de *indivíduos concretos* não dispostos a assumir a forma associada. Ainda nessa

direção, é indicativo que tenham ficado os indivíduos que esperavam a criação de um galpão por parte da Prefeitura Municipal em outra localização.

A expectativa com relação ao galpão é um dos fatores desencadeadores das modificações estruturais e também das individualidades, tornando-as mais afeitas às exigências de uma associação desse tipo. O momento da realização da pesquisa antecede a criação do galpão e não é possível averiguar os rumos que foram de fato assumidos. Importa, pois, que a própria expectativa foi um elemento indispensável para um tipo de adequação prévia ao novo “sistema de trabalho”.

Pensa no seu companheiro. No final do mês vai ganhar todo mundo igual. Isso que a gente fala agora. [A presidente] entrava aqui, parece que ela colocava uma venda nos olhos, fones no ouvido e para ela não estava nem aí. E para ela sempre tinha dinheiro no bolso. Fizemos uma reunião geral, mandamos ela embora (E8, homem, 03 anos).

Quem não quis melhoria saiu. Ficou só a gente mesmo, porque a gente esperava esse galpão sair. Muita gente dizia “o galpão não sai”, e agora o galpão está lá... É porque o [novo vice-presidente] falou assim. “Gente, agora vamos reciclar todo mundo junto porque lá embaixo [no novo galpão] vamos ter que trabalhar assim”. Porque aqui começou errado e a gente não deixou acabar errado. No finalzinho agora de uns tempos que a gente está aqui, vamos tentar ver se a gente recicla todo mundo junto para ir para lá. Porque a associação é isso. É todo mundo ali reciclando, trabalhando junto. Se não, não é associação. Agora ficou bom (E4, mulher, 07 anos).

Mudou muito. De primeiro todo mundo discutia, brigava. Agora vai para o galpão novo e tem que organizar. Porque lá no galpão não vai ter esse box. “Esse aqui é meu, o outro de fulana”. Ali é da [membro da Associação], aqui é da [outro membro da Associação]. Agora lá vai ter espaço para poder colocar as coisas de todo mundo. Agora não dá mais problema (E3, mulher, 10 anos).

É emblemático que a força que engendra a modificação é, claro, o descontentamento geral com o sistema anterior, mas à luz da expectativa do novo galpão. As modificações ocorridas parecem mais uma espécie de antecipação das novas condições vindouras com a mudança de local de funcionamento da Associação. A superação da forma rude, absolutamente regressiva de individualismo dos tempos anteriores está em processo, é verdade, mas desdobrado o suficiente para constatar as modificações nos próprios indivíduos concretos dada a nova prática de trabalho coletivo no interior da Associação.

A expectativa do novo local de trabalho não é suficientemente explicativa para as modificações. Registramos que a expectativa é bastante antiga. Há evidentemente o crescente descontentamento com as condições anteriores em que os indivíduos concretos decidem interromper. Mas o quadro não estaria completo, e com profundas implicações, sem o episódio da entrada e atuação de indivíduos concretos com experiência pregressa em ramos comerciais e técnicos. A influência desses indivíduos parece ter sido decisiva não apenas para a modificação em si, mas também para os novos rumos.

Acho que foi pela mudança do presidente. Porque o presidente aqui ela mesma falava “não vai porque é à toa, é bobeira, não precisa ir na reunião”. Falava assim mesmo. Acho que foi isso. Pela troca de presidente, agora mal ou bem a presidência cobra de todo mundo fazer. Antes não tinha isso. Antes era cada um por si. Se você trabalhasse você ia ter dinheiro, se não, não iria. Acho que é isso. Porque agora realmente puxa mesmo... O episódio que acontece e que é a única vez que foi para frente e não foi tudo para trás, foi quando o vice tomou posse. Ele pegou uma cartolina, fez aquele esquema todo e falou assim. “Ó, eu fiz um esquema lá em casa e cada uma de vocês vai fazer o almoço”. Eu fui a primeira a dizer, “não vou fazer nada, eu não gosto de fazer almoço”. Ele disse, “ah, vai sim”. Aí ele foi e trouxe. No dia, estava eu lá fazendo almoço. Já que ele é o vice eu vou respeitar ele. Todo mundo estava fazendo, então vou fazer também. Foi o episódio que marcou mesmo e que foi quando começou a ir para frente. Quando começou a mudar (E2, mulher, 07 anos).

Podemos questionar a forma de condução, conforme exposto adiante. Mas o destaque para o momento recai para o peso de indivíduos concretos. Chama a atenção alguns aspectos importantes como, primeiramente, os laços familiares que obtêm supremacia na Associação. Dos entrevistados, pelo menos quatro (04) possuem vínculo familiar direto. Os filhos foram, ao longo do tempo, incorporados à Associação em razão das biografias e condições socioeconômicas. Um dos indivíduos concretos responsáveis pelas mudanças em tela compõe

elemento desse vínculo familiar, o que pode ajudar a explicar a efetividade de sua influência. Não obstante, queremos destacar que a sua experiência progressiva em empresas de certo renome na cidade não apenas confere respaldo frente aos associados, como também funciona como estoque de conhecimentos que passam a ser projetados na Associação e nos indivíduos concretos – além disso, como veremos adiante, é persistente influência externa nessa mesma direção.

Esse sem dúvida alguma é um dos aspectos mais particulares por indicar certa contraditoriedade no impulso organizativo para além do individualismo rudimentar, combinando um amálgama entre traços de uma modalidade associativa na acepção coletiva e traços do modelo empresarial refratário a esta mesma modalidade. A Associação assume nova forma de organização cuja prática está ajudando a moldar indivíduos no sentido associativo e no sentido empresarial. Já indicamos como o aspecto associativo foi efetivado em negação ao individualismo rudimentar. Por outro lado, o espelhamento empresarial é consideravelmente forte. Mesmo a exemplaridade do empreendedor individual é evocada para destacar as condutas corretas a serem efetivadas pelos indivíduos concretos:

Você vê aquela pessoa que cata aquele papelãozinho e vai vender para comprar uma cachaça, usar droga. Mas aquelas pessoas que estão desempregadas em casa, às vezes até passando necessidade, se soubesse que pegar duas latinhas, juntar ali e depois pega mais duas e 60 latinhas daquela dá um quilo, 3 reais que já dá para pagar uma passagem. Eu penso desse jeito ...quem enxerga a reciclagem desse jeito se dá bem. Abre até depósito e fica rico aí. A maioria do pessoal que tem depósito começou assim. Enxergou, conseguiu ver que aquilo ali dava (E1, homem, 06 anos).

É curioso que as condutas corretas são típicas da lógica geral atinente ao imperativo do modo de produção capitalista. Não que o empreendedor individual seja a melhor materialização dessa lógica no contemporâneo, mas o aspecto da atuação individual com mira no enriquecimento. Estamos diante de personalidades humanas correspondentes a essa lógica fundamental. Essa é uma pista que aponta para o verdadeiro sentido da modificação dos indivíduos concretos. Dependemos de outros elementos, entretanto.

Nessa direção, é o espalhamento empresarial para projeção de como organizar a própria Associação. Ao mesmo tempo, o contexto desse espelhamento revela a permanência de problemáticas fáticas a serem resolvidas, como assiduidade, produtividade e divisão dos resultados. Esse espelhamento recoloca aqui a questão antes aludida, da forma de condução da nova presidência. É claramente a reprodução de modo de condução comum às empresas privadas, quase hierarquizante. Esse é, no entanto, apenas um aspecto isolado. Somado a outros aspectos, dá oportunidade para um espelhamento mais consistente, certamente trazido dessas experiências anteriores e que passam a fazer parte inclusive da linguagem diária para se alcançar um modo organizativo assemelhado a uma empresa privada.

Tem umas pessoas que não tem muita responsabilidade. Acho que aqui é uma empresa. Então eles não pensam... “Aqui tem CNPJ, aqui é um trabalho como outro qualquer”. Tem muita gente que não vem trabalhar, acha que a gente tem que carregar isso nas costas. Eu acho que é isso mesmo. Eu queria que mudasse o compromisso das pessoas (E4, mulher, 07 anos).

[O resultado] É dividido. A gente tira para o aluguel. Aquele que falta tem desconto [na remuneração]. Se você faltou, vai descontar. Mesma coisa em um trabalho comum [alusão a empresa privada]. Você faltou e no holerite não vem descontado como em uma firma? Aqui é a mesma coisa. Você trabalhou, trabalhou. Não trabalhou, não recebe. Tira [a parte] do aluguel, tira da água, da luz e o resto divide, quem trabalhou a semana toda ganha a semana toda. Quem não trabalhou vai ganhar os dias trabalhados (E7, mulher, 02 meses).

O compromisso. Eu passei a ter comprometimento. Porque em uma empresa, se você não trabalhar, se você tiver falta, chega no final do mês, você recebe, mas você não vai ganhar a falta. Aqui se você não trabalhar, você não recebe. Porque cada pessoa que falta, faz falta. Porque aqui quem faz nosso salário é a gente. Quem paga as nossas contas somos nós, quem paga nossas contas somos nós (E8, homem, 03 anos).

Não é o envolvimento ou compromisso que estão em destaque, mas o espelhamento empresarial para consegui-los. É essa prática como unidade entre finalidades e meios que ajuda

a modificar os próprios indivíduos concretos. No caso, é prática visivelmente forjada por uma consciência prática natural do contexto empresarial. É bom que se diga: trata-se de espelhamento de um modo organizativo *assemelhado e não puro* em razão do caráter fático da Associação, que impõe certo limite ao espelhamento e produz contraditoriedades reproduzidas subjetivamente a partir das condições objetivas:

A independência. Eu trabalho para mim. Não para os outros. Eu dependo exclusivamente de mim, entre outras. Dependendo dos outros também. Só que eu não tenho chefe, não tenho patrão. Trabalho só para mim (E5, homem, 02 anos).

O caráter fático de associação que veio à tona por oposição ao individualismo rudimentar entra agora em contradição com o momento posterior de espelhamento empresarial. Novos problemas se colocam com a produção coletiva como, por exemplo, divisão dos resultados em relação à assiduidade e produtividade. A alternativa aos problemas objetivos que surgem é sacada do estoque da consciência prática na qual o espelhamento empresarial sugere ter supremacia até o momento histórico dos associados capturado pela investigação.

A constatação dos novos problemas pode ser exemplificada por falas contundentes e emblemáticas a esse respeito:

O combinado foi todo mundo chegar 9h e sair às 16h. E não chega todo mundo 9h. Aqui chegam duas pessoas 9h. O resto chega 10h30, 11h, 12h, 13h ... e quer ir embora quatro horas da tarde? Acho que isso para mim não dá. Eu não concordo com isso. Porque se o combinado é de 9 às 16h é de 9 às 16h. Para mim não dá. Porque aqui mal ou bem é um trabalho também. Mas aí ninguém trata como trabalho... Tem gente que não faz nada e recebe mais do que as que realmente fazem aqui dentro. Isso não está certo... Isso aí não tem nem como falar que é. Por mais que você faz muita gente aqui mesmo fala "ah, você não faz nada, você fica só olhando". Tem gente aqui que trabalha igual burro de carga mesmo. Trabalha muito. Aí só porque você é mais devagar nas coisas eles falam "ah, você não faz nada". Você fez o que aqui hoje? Fica em casa que é melhor... Porque tem gente que trabalha mais e recebe menos. Tem gente que trabalha menos e pega mais que as outras que realmente vem. Acho que isso tem que sentar todo mundo e conversar isso direito. Porque não dá. Eu não concordo. Se eu trabalho mais, eu quero pegar mais. Tem gente que nem trabalha direito e pega mais que eu ainda (E2, mulher, 07 anos).

Às vezes tem gente que trabalha menos. Por exemplo, eu e [membro da Associação], a gente chega hoje. Hoje vim mais tarde porque fui no médico pegar uma receita. Ela trabalha mais e eu trabalho mais. Aí o que a gente leva é menos. Igual o [outro membro da Associação]. Ano passado ele trabalhou, a [membro da Associação] trabalhou mais e recebeu menos. Aí ela retrucou. Ele pegou 200 reais e ela pegou 160 reais. Ela trabalhou mais do que ele (E3, mulher, 10 anos).

Chama a atenção o lugar do dinheiro como mediação fundamental e que manifesta o problema da luta de todos contra todos e seu próprio fetiche na qualidade de mercadoria. Inclusive, de modo sempre recorrente, a modalidade empresarial, como norte, é evocada para efeito de comparação:

O dinheiro. Ali a briga é só dinheiro. Essa é a parte que estou te falando. Na hora da divisão, se tivesse uma organização melhor para dividir, uma diária. E não sei muito dessa parte de administração, mas essas coisas que eu acho. Porque na hora que chega o pagamento tem sempre gente que vai chegar e fica chato. Vamos supor, eu trabalhei lá e nunca quis trabalhar nessa parte de só reciclando, por causa disso. Porque se é mulher leva nome de ladrão, se é homem leva nome de ladrão. Porque naquela hora, quando chega para fazer uma repartição para pagar alguém, se eu chego, vou reclamar e falo que estou faltando e vou te explicar o problema e você não entende, praticamente estou insinuando que você está roubando. É esse tipo de coisa que dá confusão (E1, homem, 06 anos).

Aqui não tem briga. A discórdia maior aqui é no dia do pagamento. Porque uns acham que trabalham mais que os outros. Toda empresa é isso. Mas lá tem gente para fiscalizar, gente para ver. Aqui não, aqui cada um vê o trabalho do outro, a consciência da pessoa que manda... A discórdia maior aqui é no dia do pagamento. Porque uns acham que trabalham mais que os outros. Toda empresa é isso. Mas lá tem gente para fiscalizar, gente para ver. Aqui não, aqui cada um vê o trabalho do outro, a consciência da pessoa que manda. Sempre em dia de pagamento rola uma discussão ou outra. Não de ofensa pessoal, só profissional (E8, homem, 03 anos).

A contraditoriedade se materializa consideravelmente nos dilemas que se efetivam entre a base de uma associação em condições de limitadas forças produtivas e o impulso sempre renovado de remuneração por produtividade. De modo bastante emblemático, lemos:

Porque tem uns que trabalham muito e outros que não trabalham nada. Ainda tem esse problema. Esse é que é o problema maior. Você não pode punir aqui na [Associação]. O que você vai falar comigo se eu não trabalhar? Eu não posso trabalhar igual você. E você não trabalha igual a mim. Cada um trabalhando para o outro. Isso não é certo. No mesmo instante é. Somos associação justamente para isso. Você não pode trabalhar sozinho, individual. Mas por outro lado é ruim. Porque o seu suor que corre não volta mais. E tem gente que aproveita disso (E6, mulher, 14 anos).

Dadas as condições fáticas, não se supera na Associação o fato de que *os indivíduos surgem, mutualmente, como meios e obstáculos para a realização dos interesses privados*. Uma medida a essa constatação expressa na fala acima significou a introdução do desconto por falta de dia de trabalho. Agora, os materiais passam por triagem coletiva e, da venda, uma parte é retirada para custear as despesas e o restante é dividido igualmente entre todos os associados. Os faltantes ficam sem o valor que passou a ser convertido para a Associação. Mas a ausência significa uma produtividade mais baixa e ganhos totais menores. A persistência do problema evoca a alternativa já identificada, sacada do estoque da consciência prática e aprofundada por influência externa de órgãos governamentais que difundem tais práticas entre organizações populares. O espelhamento empresarial se reforça tendo em vista as possibilidades de efetivá-lo nas condições de trabalho do novo galpão:

Tem associações que cada associado ganha por produção. Mas aqui não tem como fazer isso [ainda]. Porque nossa balança é atrás da prensa no final e também não tem espaço para armazenar. O certo seria ganhar por produção... Mas aqui não tem estrutura para isso, espaço. Porque aí vai requerer espaço. Um fica em um canto, outro no outro. Um ali, outro lá. Então todo mundo trabalha em conjunto. É aquilo mesmo. Vai da consciência da pessoa não querer montar nas costas do outro aqui dentro. O certo seria produção mesmo. Mas dessa forma aí estamos pensando para o galpão novo. Lá vai ter espaço, lá vão ter duas balanças. Vai ficar mais organizado. A nossa esperança de mudança é lá mesmo. A gente foi lá e já viu. Vai ser linha de produção. O que entrar em uma porta só vai poder sair pela outra, não tem como voltar material nenhum para trás. Vai ser uma linha de produção mesmo. Lá tem como ter uma noção de quem trabalha mais ou menos. Ninguém é igual a ninguém. Sempre tem um que trabalha mais e o que trabalha menos. Aqui a gente vê, mas não tem como fazer o pagamento dessa forma. A esperança é que lá a gente veja isso... O certo é isso mesmo. Nas outras associações de fora é isso. Por produção. Só não faz aqui porque não tem espaço. A mulher de BH [de órgão governamental não identificado] já veio, explicou, passou isso para gente. Fez dois dias de capacitação para gente, explicou direitinho e o certo é isso mesmo, por produção. Vai ver a produção da pessoa no final de um dia. O que a pessoa fez em um dia, vai juntar e marcar. Vai juntar tudo no final do mês para a pessoa ganhar em cima disso (E8, homem, 03 anos).

Mas infelizmente tem coisas que tem que passar por mudanças. Isso aí vamos estar sentando e conversando mais para frente. Tem uns que são empenhados, são uns que não, tem outra gente que é difícil lidar. Uns trabalham mais, outros se destacam mais. E esses aí infelizmente merecem um pouco mais mesmo. Por enquanto é tudo igual. Quando melhorar, creio que vai melhorar esse ano agora que vai entrar de 2017, a gente vai tentar sentar e conversar. As pessoas que se destacam mais, trabalham mais... Porque tem como ver. Teu caminho está aqui e tem como ver a produção dele, a minha produção, a produção dela. Eu vou lá o que ele separou, tem como eu ver isso. Alguns de vocês separou tanto. Aí ele começa a pesar mais. Vamos supor que ele separou 100 quilos de papel misto, e fulano separou 50. Então fulano vai receber pelos 50, não vai receber igual o rapaz que separou 100. Vou tentar empenhar todo mundo trabalhando igual (E5, homem, 02 anos).

As bases de uma associação orientada para a autogestão tendem a se diluir ainda mais com uma remuneração por produtividade, na diferenciação pautada nos termos do mérito, e sem uma apreensão crítica dos problemas em pauta e de uma prática econômica e política correspondente. Ao invés da compressão de que as capacidades e necessidades são desiguais e de surgir no horizonte uma forma organizativa que dê respostas adequadas, demarca-se a exclusividade da produtividade do trabalho por espelhamento empresarial. A linha de montagem e a meritocracia sobrepõem a base associativa, embora seja difícil determinar no momento os limites em que isso é possível. Não obstante, é o trabalho como medida, padrão igual – como notou Marx (2012) em outro contexto –, que assume a preponderância principalmente em razão de um baixo desenvolvimento das forças produtivas em geral, mas que também se reflete no contexto singular da Associação em tela para além da imediata

capacidade técnica de produção. Estamos aludindo à emancipação teórica profundamente prejudicada nas condições regredidas de existência do lumpemproletariado.

6. CONCLUSÃO

Podemos agora tecer comentários mais conclusivos.

Vimos que a consciência prática por espelhamento empresarial deve muito a indivíduos concretos com experiências anteriores e à mediação governamental na difusão de determinadas práticas. Por isso mesmo, e contraditoriamente à autogestão, afirma-se como resposta adequada à lógica do modo de produção capitalista ainda que o contexto singular em tela não se confirme como momento social privilegiado desse mesmo modo de produção. Mas sua ligação é incontestável, pois o lumpemproletariado é ele próprio efeito dos ciclos industriais e termina por manifestar no singular a lógica que a tudo domina. Ao final, a Associação parece caminhar para ser sinônimo de meios de produção usufruídos coletivamente por indivíduos concretos postos em condições não de superar o exercício racional do egoísmo, mas de colocá-lo em outro patamar organizativamente ajustado. Sem dúvidas é um passo adiante, é um avanço no interior da própria contradição.

O espelhamento empresarial parece constituir condições de desdobrar o exercício racional do egoísmo, eliminando aspectos regressivos presentes na história da Associação. Ao mesmo tempo, não se trata da abolição desse mesmo exercício, mas de sua lapidação, de sua sofisticação por incorporação de modalidades tipicamente empresariais. E assim o impulso autogestionário concreto cada vez mais afirma àquilo que nega. É preciso saber os desdobramentos posteriores a essa afirmação...

Perguntamos na introdução do presente trabalho pela dinâmica em que se dá a modificação das individualidades em ligação com as práticas organizativas. Podemos concluir, provisoriamente, que as práticas desenvolvidas lidam com os indivíduos concretos tais como se apresentam, mas também produzem modificações neles próprios. Entretanto, não há, aparentemente, condições objetivas e subjetivas ao contexto da Associação em tela com vistas a um tratamento sistemático do desenvolvimento dos indivíduos concretos. Seria exigir em demasia das condições fáticas. Mas não exime de se constatar uma preponderância ainda mais vigorosa da consciência prática disseminada entre os Associados que, contraditoriamente, se elevam da regressividade anterior a um patamar perfectibilizado do exercício racional do egoísmo. O espaço destinado ao impulso autogestionário não parece até o momento produzir práticas de negação, mas, ao contrário, de afirmação da individualidade moderna, porém, em outro patamar.

Os indivíduos concretos, ao modificarem a modalidade organizativa, modificaram também suas próprias personalidades no processo. Entretanto, o sentido dessa modificação se deu, até agora, em limites bastante evidenciados. Assim se revela também como a alteração da forma organizativa, mantendo-se intactas as condições socioeconômicas do ponto de partida (o conteúdo da forma), são limitadas na alteração dos indivíduos concretos. O impulso autogestionário da Associação aponta para forma organizativa sob condições objetivas e subjetivas adequadas inexistentes, de modo que prevalece a consciência prática na qual se espelha imperativos empresariais. Repõe-se a penúria e a antítese, de outro modo, sem poder negá-las.

Um contexto social limitado impõe limites às alternativas evocadas. No processo de se desenvolver novas práticas organizativas, vimos como a base associativa fora evocada para negar o contexto rudimentar de exercício da individualidade moderna. Em seguida, entretanto, a mesma base é negada pela consciência prática que mira na experiência empresarial como estoque de alternativas. É nesse movimento que as individualidades se modificam de modo mais ou menos espontâneo, não sistemático, nos limites de possibilidade fática que não vinga uma apreensão mais profunda dos problemas envolvidos. No modo de produção capitalista,

prepondera a compulsão econômica e tendencialmente a concreção da individualidade moderna, produzindo diferentes efeitos nas experiências cotidianas. No caso do lumpemproletário, a experiência reflete avanço, contraditório avanço.

Sugerimos que esses achados são provisórios por limitação temporal da pesquisa. Não foi possível ainda acompanhar os resultados posteriores ao novo estabelecimento de trabalho em razão do término da investigação. Nesse sentido, não foi possível apreender todo o movimento, do estágio de individualismo regressivo às consequências da efetivação do espelhamento empresarial numa linha de montagem orientada para a produtividade e regulada pela meritocracia. A penúria e a antítese seguem sem ser desafiadas.

REFERÊNCIAS

- Chasin, J. (1978) *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Chasin, J. A sucessão transada. In: *A miséria brasileira: 1964 – 1994: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.
- Chasin, J. (2009) *Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo.
- Demo, P. (1985) *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.
- Faria, J.H. (2009) *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.
- Grosso, L. A. (2006). *Autogestão, universidade e movimento estudantil*. São Paulo: Editores Associados.
- Henriques, F.V. (2014) *Autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores*. Florianópolis: Insular.
- Lukács, G. (1958) *La destruction de la raison*. v. 1 e 2, Paris: L'arche Editeur.
- Lukács, G. (2013) *Para uma ontologia do ser social*. v. 2, São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (1974) Prefácio. Contribuição a crítica da economia política. In: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escritos*. São Paulo: Abril.
- Marx, K. (1985) *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global Editora.
- Marx, K. (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2007) *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2007) *Teses ad Feuerbach*. In: *Ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011a) *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011b) *Guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2012) *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2013) *O capital*. vol 1. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011) *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (1993) *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio.
- Vaisman, E. (2006) A usina onto-societária do pensamento. *Verinotio*, n. 4, ano II, abril.